

Feminismo e ecologia da comunicação na Marcha Mundial das Mulheres¹



Jorge Miklos

*Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
Docente do Programa de Pós-Graduação em
Comunicação e Cultura Midiática
da Universidade Paulista (Unip)
E-mail: jorgemiklos@gmail.com*

Resumo: Este artigo versa sobre as relações entre comunicação e o movimento feminista, especificamente a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e suas ações nas ruas e nas redes digitais. Considera-se que a MMM se apropria dos meios de comunicação, sejam eles de caráter primário, secundário ou terciário (Harry Pross) em busca de maior visibilidade, mobilização e engajamento para a discussão de suas pautas, construindo, assim, uma cidadania midiática identificada com uma ecologia da comunicação (Romano).

Palavras-chave: Ecologia da comunicação, mídia radical, novos movimentos sociais, feminismo, Marcha Mundial das Mulheres.

El feminismo y la ecología de la comunicación en la Marcha Mundial de las Mujeres

Resumen: Este artículo versa sobre las relaciones entre comunicación y el movimiento feminista, específicamente la Marcha Mundial de las Mujeres (MMM) y sus acciones en las calles y en las redes digitales. Se considera que la MMM se apropia de los medios comunicacionales, sean ellos de carácter primario, secundario o terciario (Harry Pross) en búsqueda de mayor visibilidad, movilización y compromiso para la discusión de sus pautas, construyendo, así, una ciudadanía mediática identificada con una ecología de la comunicación (Romano).

Palabras clave: Ecología de la comunicación, medios radicales, nuevos movimientos sociales, feminismo, Marcha Mundial de las Mujeres.

Activism and communication ecology on the World March of Women

Abstract: This article speaks on the relations between communication and the feminist movement, specifically the World March of Women (MMW) and its actions in the streets and in the digital networks. It considers that the MMW appropriated the communicational means, whether they are of primary, secondary or tertiary character (Harry Pross) seeking for visibility, mobilization and involvement to raise discussions over its agenda, constructing an identified media citizenship bound to a process of Communication Ecology (Romano).

Keywords: Communication ecology, radical media, new social movements, feminism, World March of Women.

Maria Aparecida Ladeira da Cunha

*Mestre em Comunicação e Cultura Midiática
pela Universidade Paulista (Unip)
Docente de Publicidade
e Propaganda das Faculdades Dom Bosco
E-mail: cidinha.cunha@gmail.com*

Os dispositivos de comunicação sempre fizeram parte dos processos de mobilização social, seja nos encontros, nas panfletagens ou em outro meio alternativo. Com o surgimento da internet e suas inúmeras possibilidades no que diz respeito à produção e compartilhamento de conteúdo de forma gratuita, os movimentos sociais passaram a aproveitar os benefícios da comunicação em redes telemáticas para divulgação de suas ações e pautas.

Observa-se a relevância do espaço público e o papel da proximidade entre os militantes para que o processo de comunicação

¹ Este texto foi apresentado originariamente na 24ª Encontro Anual da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), 2015, Brasília no Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania. Esta versão é uma atualização para o presente volume.

e vinculação de fato aconteça. Para Castells (2013, p. 16), na sociedade atual “o espaço público dos movimentos sociais é construído como um espaço híbrido entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado”. É necessário conectar o ciberespaço com o espaço urbano para que exista a interação e a constituição de comunidades. Castells (2013) defende que a autonomia da comunicação é a essência dos movimentos sociais, ao permitir que o movimento se forme e se relacione com a sociedade, resistindo ao controle dos detentores do poder sobre o poder da comunicação.

Os movimentos sociais desenvolvem uma relação dialógica com a esfera da comunicação que revela sua condição estratégica como instrumento de resistência



Busca-se no presente artigo apresentar a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) no contexto dos movimentos sociais contemporâneos e esquadrihar a diversidade identitária dos sujeitos coletivos, a transversalidade nas demandas por direitos, as formas de ativismo e de empoderamento por meio de articulações em rede e da participação política das organizações.

Para análise da atuação da Marcha Mundial das Mulheres, que teve início no ano 2000, e suas formas de engajamento e mobilização social até o ano de 2014 (momento de preparação para a quarta edição, que acontece a cada cinco anos), abordamos os conceitos de Comunicação, à luz da Teoria da Mídia de Harry Pross (1972) e da Ecologia da Comunicação de Vicente Romano (1993).

A pertinência em se estudar a comunicação a partir da perspectiva da Ecologia da

Comunicação de Vicente Romano está no desenvolvimento de uma teoria em que todos os aspectos, tanto os quantitativos quanto os qualitativos, e tudo o mais que venha a afetar a qualidade de vida se tornam relevantes. A teoria proposta por Romano estabelece uma ponte entre a Teoria da Mídia de Harry Pross e a Ecologia Humana, em um cenário em que os seres humanos se veem obrigados, cada vez mais, a se adaptar à técnica e não mais à natureza. Em que as intervenções técnicas do ser humano não se limitam à biosfera, elas também afetam a sociosfera e o ambiente de comunicação.

Pross (1972) defende que a comunicação começa e termina no corpo. Sendo assim, o principal e único responsável pela comunicação primária é o próprio corpo, seja pelo olfato, pela visão, pelo paladar, pelo toque ou audição. As formas de comunicação, tanto primária quanto secundária, são analisadas por meio das ações presentes nas ruas, encontros, reuniões, confecção de cartazes, organização de manifestos e batucadas, reforçando os laços de proximidade e vinculação. Já a mídia terciária, que precisa de aparatos tanto do lado do emissor quanto do receptor, é exemplificada pelas mídias eletrônicas e de rede.

A comunicação em rede tem se apresentado como uma forte ferramenta de apoio aos ativistas, pois tem como pontos positivos o encurtamento do espaço, as facilidades no transporte físico da mensagem e a instantaneidade na transmissão das informações. O uso das redes com esse propósito passou a ser denominado de ativismo digital ou ciberrativismo.

Mesmo apresentando problemas como a aceleração do tempo e das sincronizações sociais, a partir do ponto de vista da Ecologia da Comunicação (Romano, 1993), o ativismo digital já se tornou uma poderosa ferramenta de articulação e visibilidade dos movimentos.

Esta reflexão termina com a análise das ações realizadas nas redes sociais telemáticas pela MMM, apresentando as formas como estas ajudam a tornar visíveis as

questões discutidas pelo coletivo e as ações realizadas nas ruas, em uma relação de complementaridade.

● **Movimentos sociais contemporâneos e a nova morfologia**

Um movimento social é um esforço coletivo contínuo e organizado que visa interferir na estrutura econômica, política e cultural e promover, em algum aspecto, mudança, plena ou parcial, da estrutura social. Um movimento social existe quando um grupo de indivíduos está envolvido em um esforço organizado, seja para mudar, seja para manter alguns elementos da sociedade.

Os movimentos sociais contemporâneos ou os “novos” movimentos sociais são originários das décadas de 1950 e 1960 e possuem uma organização menos hierárquica – acompanham, portanto, a tendência da flexibilização. Isso significa que não obedecem a uma liderança rígida. O funcionamento o mais “sem líder” possível – seja pela ausência de lideranças ou pela multiplicação delas – leva à construção de um processo de tomada de decisões pelo uso de mecanismos de consulta e formação de consenso. A liderança permanece importante mesmo que os protagonistas façam todo o esforço para terem um design “sem líder”. Um modo de conseguir isso é ter muitos líderes disseminados pela rede, que procura funcionar por coordenação, sem controle central ou hierarquia. Um exemplo dessa liderança descentralizada é a mensagem expressa pelo movimento Zapatista que dizia: “Marcos somos todos”, em uma referência à liderança do movimento, o subcomandante Marcos, diluída em cada um dos membros do movimento.

Outra característica extraordinária desses movimentos contemporâneos é o abandono dos discursos universais, eles possuem pautas de reivindicação específicas, ou seja, o movimento negro, o movimento feminista, o movimento estudantil e o movimento ecológico constroem suas agendas e suas ações próprias.

São movimentos reformistas que podem até guardar conteúdos de crítica ao capitalismo, mas raramente são revolucionários, ou seja, não sugerem uma transformação radical e acelerada da macroestrutura social, mas objetivam transformações locais e, por isso, possuem uma estreita relação com as organizações não governamentais, as ONGs.

Esses movimentos têm desenvolvido uma relação estreita e dialógica com a esfera da comunicação. Estreita na medida em que a apropriação dos meios é fundamental para estabelecer diálogo com a esfera pública. Dialógica,² no trilha de Morin (2007), na medida em que, se por um lado, os movimentos utilizam a mídia como estratégia de visibilidade, por outro, lutam contra ela quando ocorrem distorções e estereótipos discursivos engendrados pela mídia hegemônica.

Esse aspecto dialógico revela a condição estratégica da comunicação como instrumento de hegemonia (economia, política, cultura, educação, religião) e de resistência (movimentos sociais de contestação e insurgência).

● **Feminismo em movimento**

As mulheres exerceram grande impacto na melhoria da sociedade e, para Eisler (2007), talvez o mais notável dos seus feitos seja o movimento feminista que teve início no século XIX. Para a ativista, “mesmo omitido dos livros tradicionais, o trabalho de centenas de feministas do século XIX melhorou e muito a situação do contingente feminino da humanidade”. Eisler (2007) utiliza como exemplo a considerável participação

² Há três princípios que Morin chama de “operadores da complexidade”: o princípio dialógico, o princípio recursivo, o princípio hologramático. O primeiro princípio que Morin denomina de dialógico estabelece que todas as coisas estão juntas. O princípio dialógico pressupõe que, na realidade, há forças opostas ou contrárias sempre atuando e que são, por necessidade de funcionamento do real, ao mesmo tempo, complementares. Lutam entre si e, nessa luta, mantêm a realidade funcionando. Trata-se da dialógica que para Morin é a “unidade complexa entre duas lógicas, entidades ou instâncias complementares concorrentes e antagônicas que se alimentam uma da outra, se completam, mas também se opõem e combatem” (Morin, 2007, p. 73).

das feministas no movimento abolicionista de libertação dos escravos e na melhoria do tratamento aos deficientes mentais.

Os movimentos feministas geralmente são divididos em períodos denominados “ondas”. Segundo Fourgeyrollas-Schwebel (2009), a primeira onda ocorreu na segunda metade do século XIX e começo do século XX, e a segunda onda teve início na metade dos anos 1960 e começo dos anos 1970.

A primeira onda do feminismo – conhecida como sufrágio feminino – foi marcada por reivindicações pelo direito ao voto, com muitas ações impactantes nos Estados Unidos e em alguns países europeus.

Em relação à segunda onda – conhecida como Movimento de Liberação das Mulheres – a autora afirma que o impacto do feminismo dos anos 1970 talvez não tenha sido tanto o de afirmar novas formas de reivindicações de direitos, mas sim o de questionar os domínios do político. Fourgeyrollas-Schwebel (2009, p. 145) afirma que “os movimentos feministas dos anos 70 não se fundam na única exigência de igualdade, mas no reconhecimento da impossibilidade social de fundar essa igualdade dentro de um sistema patriarcal”.

A conquista de novos direitos para as mulheres na esfera privada foi acompanhada por exigências também na esfera pública, como a reivindicação de medidas em favor de uma verdadeira igualdade de direitos no trabalho. “Uma das prioridades dos movimentos de liberação das mulheres é a afirmação de que o privado é político” (Freeman, 1975 apud Fourgeyrollas-Schwebel, 2009, p. 146).

Incluem-se também como expectativas do feminismo contemporâneo a autonomia da sexualidade feminina e o respeito ao desejo da “não-maternidade”, principalmente com a chegada das pílulas de contracepção feminina, que se tornam acessíveis na metade dos anos 1960. Segundo Fourgeyrollas-Schwebel (2009, p. 147), “as campanhas pela liberdade de abortar constituem os eventos mais importantes e mais marcantes”. A autora também aponta

como eventos de destaque as mobilizações contra a violência sexual e o reconhecimento do estupro conjugal.

No entanto, segundo Miskolci (2009), existe uma terceira onda do feminismo, que surgiu no final da década de 1980 e início da década de 1990, sob a influência de autores como Foucault e Derrida, que se estende até a atualidade. Esse período marca o início das discussões sobre alguns paradigmas das outras ondas e, também, os debates sobre o sexo para o conceito de gênero.

Analisando o feminismo no Brasil, a divisão em ondas seguiu um caminho diferente dos demais países. Segundo Sarti (2001), o Movimento Feminista no Brasil teve início nos anos 1970, tido como um “feminismo de esquerda”. Sarti (2001, p. 33) afirma que “o feminismo militante no Brasil surge como consequência da resistência das mulheres à ditadura, depois da derrota da luta armada e com o sentido de elaborar política e pessoalmente esta derrota”.

O movimento social de resistência ao regime militar seguiu ampliando-se e novos movimentos se uniram às feministas para lutarem por direitos específicos, como os direitos dos negros e os direitos dos homossexuais. Outros grupos populares passaram a incorporar temas ligados às questões de gênero, como os movimentos de reivindicações por creches e a luta pela regulamentação do trabalho doméstico.

Segundo Sarti (2001), todo o processo de expansão do mercado de trabalho e do sistema de educação foi acompanhado pelas mudanças culturais e comportamentais da época. O acesso a métodos anticoncepcionais e ao recurso às terapias psicológicas e à psicanálise e as novas experiências cotidianas entrariam em conflito com o “padrão tradicional de valores nas relações familiares, sobretudo por seu caráter autoritário e patriarcal”.

Ainda de acordo com a autora, o feminismo brasileiro, também conhecido como “movimento de mulheres”, devido à sua pluralidade, iniciou-se nas camadas médias

e expandiu-se por meio de articulação com as camadas populares e suas organizações de bairro, “envolvendo-se, em primeiro lugar, em uma delicada relação com a Igreja Católica, importante foco de oposição, diante do vazio político deixado pelo regime militar” (Sarti, 2001, p. 37).

Ela chama a atenção para outro traço que marca a trajetória particular do feminismo no Brasil, quando comparado à dos países europeus. Para a antropóloga, “os movimentos sociais urbanos organizaram-se em bases locais, enraizando-se na experiência cotidiana dos moradores das periferias pobres, dirigindo suas demandas ao Estado como promotor de bem-estar social” (Sarti, 2001, p. 38).

As questões propriamente feministas, as que se referiam às relações de gênero, ganharam espaço quando se consolidou o processo de abertura política no país no final dos anos 1970. Grande parte dos grupos declarou-se abertamente feminista e abriu-se espaço tanto para a reivindicação no plano das políticas públicas, quanto para o aprofundamento da reflexão sobre gênero.

A unidade do movimento de mulheres no Brasil permaneceu até início dos anos 1980, quando a luta da oposição ainda era um elemento aglutinador. As perspectivas, demandas e motivações das mulheres engajadas no movimento eram distintas.

Parece haver um consenso em torno da existência de duas tendências principais dentro da corrente feminista do movimento de mulheres nos anos 70, que sintetizam o próprio movimento. A primeira, mais voltada para a atuação pública das mulheres, investindo em sua organização política, concentrando-se principalmente nas questões relativas ao trabalho, ao direito e à redistribuição de poder entre os sexos. Foi a corrente que posteriormente buscou influenciar as políticas públicas, utilizando os canais institucionais criados dentro do próprio Estado, no período da redemocratização dos anos 80. A outra vertente preocupa-se, sobretudo com o terreno fluido

da subjetividade, com as relações interpessoais, tendo no mundo privado seu campo privilegiado. Manifestou-se principalmente através de grupos de estudos, de reflexão e de convivência. Nestes grupos ressoava a ideia de que o “pessoal é político” (Sarti, 2001, p. 40).



Com o advento da Lei Maria da Penha, se estabeleceu medidas para a prevenção, assistência e proteção às mulheres em situação de violência

A anistia de 1979 permitiu a volta das exiladas no começo dos anos 1980, que traziam experiências políticas e também a influência de um movimento feminista atuante, principalmente na Europa. Segundo Sarti (2001), a própria experiência de vida no exterior, com uma organização doméstica diferente dos padrões brasileiros, repercutiu decisivamente tanto em sua vida pessoal quanto em sua atuação política.

Nos anos 1980, o movimento de mulheres no Brasil era uma força política e social consolidada e os grupos feministas começaram a fazer parte de associações profissionais, partidos e sindicatos, legitimando o papel da mulher como sujeito social particular.

A década de 1980 foi marcada pela criação de conselhos da condição feminina em todos os níveis: federal, estadual e municipal. A questão da violência contra a mulher começou a ser tratada em delegacias próprias. No fim da década de 1980 deu-se uma significativa alteração da condição da mulher na Constituição Federal de 1988, que extinguiu a tutela masculina na sociedade conjugal.

O feminismo teve ainda que enfrentar problemas de desigualdades sociais,

“sensibilizando mulheres profissionais, com educação universitária, pertencendo a camadas sociais com alguma experiência de vida cosmopolita, associadas ao exílio político ou à formação educacional e profissional” (Sarti, 2001, p. 43-44).

Sarti (2001) afirma que o movimento feminista brasileiro enfrentou o período de ditadura militar conseguindo manter sua autonomia ideológica e de organização e ainda interagir com os partidos políticos,

A mobilização social engloba o compartilhamento de ideias, a coletivização dos atores envolvidos e o acompanhamento dos resultados alcançados para a legitimação da causa

sindicatos e outros movimentos sociais, com o Estado e até com organismos supranacionais. E por meio de espaços conquistados como conselhos, secretarias, coordenadorias e ministérios, elaborou e executou políticas, reivindicou, propôs, pressionou e monitorou a atuação do Estado, não só com vistas a garantir o atendimento de suas demandas, mas também acompanhar a forma como estavam sendo atendidas.

Nos anos 2000, as feministas no Brasil avançaram em relação à violência doméstica e familiar contra a mulher, com o advento da Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006, a chamada Lei Maria da Penha,³ que estabelecia medidas para a prevenção, assistência e proteção às mulheres em situação de violência. O retorno às manifestações feministas,

³ A Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006, ficou conhecida por este nome em homenagem a Maria da Penha, mulher que sofreu, em 1983, duas tentativas de assassinato por seu marido que a deixaram paraplégica. Mesmo condenado por tribunais locais, o réu valeu-se de recursos processuais e não foi preso. Maria da Penha recorreu à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Em 2001, o Brasil foi responsabilizado por omissão e negligência.

nos anos 2000, é marcado pelo surgimento das marchas com temática especificamente feminista, a exemplo da Marcha Mundial das Mulheres⁴, Marcha das Margaridas⁵ e Marcha das Vadias⁶.

● A Marcha Mundial das Mulheres¹

“Militamos na Marcha Mundial das Mulheres! Estamos em luta por nossa autonomia, nosso direito a viver livremente nossa sexualidade e por uma transformação radical da sociedade! Vamos mudar o mundo e mudar a vida das mulheres! Somos mulheres e não mercadoria!” (2013). A Marcha Mundial das Mulheres é um movimento feminista internacional, que teve início em 2000, em uma campanha que reuniu mais de cinco mil grupos de mulheres de 159 países e territórios em uma ação comum contra a pobreza e a violência sexista. Essa ação teve como função trazer o feminismo popular e militante de volta às ruas, o que impulsionou as mulheres a darem continuidade à marcha não como uma campanha, mas como um movimento permanente. Dentre os princípios da MMM estão a organização das mulheres urbanas e rurais e as alianças com os movimentos sociais.

É importante destacar a principal distinção entre mobilização social e manifestações públicas. Segundo Toro e Werneck (2004, p. 13), mobilizar é “convocar

⁴ A Marcha Mundial das Mulheres nasceu como uma grande mobilização que reuniu mulheres do mundo todo em uma campanha contra a pobreza e a violência.

⁵ A Marcha das Margaridas é a maior mobilização de mulheres trabalhadoras rurais do campo e da floresta do Brasil. Nasceu em 2000 e seu nome é uma homenagem à trabalhadora rural e líder sindical Margarida Maria Alves, que ocupou por 12 anos a presidência do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alagoa Grande, estado da Paraíba e fundou o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural. Margarida Alves foi brutalmente assassinada pelos usineiros da Paraíba em 12 de agosto de 1983.

⁶ A Marcha das Vadias é um movimento internacional, que teve início em 2011, em Toronto, em forma de protesto contra o discurso de “culpabilização das vítimas de violência sexual e de qualquer outro tipo de violência contra as mulheres”. A primeira Marcha das Vadias no Brasil aconteceu em 4 de junho de 2011, em São Paulo.

vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido compartilhados”. A mobilização só ocorre quando um grupo de pessoas decide e age com um objetivo em comum, buscando resultados decididos em conjunto, convocando vontades para atuar na busca de um propósito compartilhado.

O processo de mobilização social, segundo os autores, passa pelo compartilhamento de conceitos e ideias, pela coletivização dos atores envolvidos, “deslocando-os do terreno individual para o coletivo”, e pelo acompanhamento e aferição dos resultados alcançados para a legitimação da causa e do movimento social. Diferentemente das manifestações, o processo de mobilização social requer continuidade.

Participar ou não de um processo de mobilização social é um ato de escolha. Por isso se diz convocar, porque a participação é um ato de liberdade. As pessoas são chamadas, mas participar ou não é uma decisão de cada um. (...) Convocar vontades significa convocar discursos, decisões e ações no sentido de um objetivo comum, para um ato de paixão, para uma escolha que “contamina” todo o cotidiano (Toro; Werneck, 2004, p. 13).

A inspiração para a criação da Marcha Mundial das Mulheres partiu de uma manifestação realizada em 1995, em Quebec, no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros, pedindo, simbolicamente, pão e rosas. A ação marcou a retomada das mobilizações das mulheres nas ruas, fazendo uma crítica contundente ao sistema capitalista como um todo. Ao seu final, diversas conquistas foram alcançadas, como o aumento do salário mínimo, mais direitos para as mulheres imigrantes e apoio à economia solidária no Canadá.

Em maio de 2013, em uma tentativa de contar a história do feminismo no Brasil no blog oficial do coletivo, a partir das vivências das militantes da Marcha, o Comitê da Marcha Mundial das Mulheres em São Paulo

organizou o desafio de traçar uma linha do tempo, durante a última plenária estadual da Marcha Mundial das Mulheres de São Paulo. Trata-se de uma história com experiências diversas, marcadas pela “solidariedade, pelo compromisso e por muita luta”.

Olhamos para nossa memória tentando responder à seguinte pergunta: quando e como comecei a participar do movimento feminista? Ao colocar tudo junto em pequenos cartões, ordenados pelo tempo, aquela lembrança já não era só nossa, mas parte de uma memória coletiva. Contar de onde viemos ajuda a pensar em quem somos, e de que é feito o nosso movimento. Para isso, fomos longe. Nossas lembranças alcançaram o ano de 1975 e chegaram até 2013, nos fazendo pensar que há muito tempo o feminismo encontra eco entre as mulheres, e que permanece atual, já que, a cada ano, mais e mais companheiras se juntam a essa caminhada (Comitê da MMM/SP, 2013).

As mulheres são parte central dos processos de mobilização e resistência em todo o Estado. Segundo o Comitê da MMM (2013), os caminhos até o feminismo passaram também pela “vivência das distintas facetas da divisão sexual no mundo do trabalho ou na universidade, como a ausência de creches, a presença da violência, os salários diferentes, a maior jornada de trabalho, o assédio sexual”, entre tantas outras representações de machismo.

Estiveram presentes nas lutas por melhores condições de trabalho dos anos 70, na organização do movimento sindical enfrentando as perseguições, nos movimentos da Igreja, como a JOC, e na política estudantil universitária. Passaram pelos movimentos de saúde dos anos 80, pelo Encontro de Mulheres em Solidariedade a Cuba, organizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, nos anos 90, e pela organização das mulheres no interior da Central de Movimentos Populares (CMP) e pela campanha contra a ALCA, já nos anos 2000 (Comitê da MMM/SP, 2013).

A participação de diferentes mulheres de origem popular no Encontro Feminista de Bertiooga, em 1989, e a ampla mobilização para a participação de um grupo grande de São Paulo no Encontro Latino-Americano na Argentina, em 1991, mostrou que o feminismo tinha seus plurais.

Os debates em torno da construção e da reivindicação de políticas públicas nos municípios representaram outra porta de entrada para as mulheres no feminismo. Seja pelos espaços institucionais, como a Coordenadoria Especial da Mulher de São Paulo, no início dos anos 2000, seja a partir de 2008, com o Núcleo de Políticas Públicas para as Mulheres em Várzea Paulista, com o apoio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e da SOF – Sempre Viva Organização Feminista, uma organização não governamental feminista que apoia, estimula e facilita a organização de atividades de formação, debate, cultura e intercâmbio entre os grupos participantes da Marcha Mundial no Brasil e nas ações internacionais.

Os processos reivindicatórios, como a construção do Centro de Convivência da Mulher de Mauá, em 1987, a 1ª Delegacia da Mulher em São Paulo e, desde os anos 1970, a luta por creches nos bairros e nas universidades, também marcaram presença na trajetória da MMM. Essas e outras expressões de lutas auto-organizadas das mulheres contribuíram para construir uma identificação das mulheres com o feminismo.

Nesse contexto, apresenta-se a importância do Encontro da Mulher Paulista, nos anos 1970, e das lutas por creche em lugares como Vila Remo e Parque Santo Amaro.

Foram várias as entidades e movimentos que atuaram nesse processo, colocando em diálogo organizações autônomas e movimentos mistos. No Brasil, a Marcha Mundial das Mulheres emergiu com um forte questionamento à globalização, ao dar visibilidade à estrutura do patriarcado e sua relação com o modelo capitalista

O feminismo vem construindo espaços públicos alternativos, em nível local e global, nos quais novos sentidos, identidades, rebeldias e resistências são forjados e retroalimentados. Para entender como a Marcha Mundial das Mulheres atua, sob a ótica da ocupação dos espaços de resistência para mobilização e conscientização das mulheres, é preciso analisar os meios utilizados para se entender as mudanças na forma de organização dos movimentos sociais, mais especificamente, na forma de organização da MMM.

Ecologia da comunicação

A partir da premissa de que a construção das relações de poder nas sociedades democráticas se faz por meio do livre acesso às informações, e que o “poder é exercido por meio da coerção e/ou pela construção de significado na mente das pessoas, mediante mecanismos de manipulação simbólica” (Castells, 2003, p. 10), torna-se fundamental analisar a função social dos meios de comunicação e sua importância para os movimentos sociais.

Vicente Romano (1993) conceitua a comunicação humana como um processo que possibilita a conexão, a comunhão e a vinculação com os outros. É por meio da comunicação que são experimentadas as relações sociais, a vivência em comum, os sentimentos de pertencimento a uma comunidade. Para o autor, é de suma importância analisar a comunicação sob o ponto de vista do seu entorno, seu ambiente social, para contribuir com o seu equilíbrio. É preciso avaliar a forma como se dá o processo de comunicação, pois é este fator o responsável por vincular ou desvincular o homem do seu ambiente.

Romano (1993, p. 67) afirma que “o domínio atual da mídia terciária na sociedade tecnificada de comunicações midiáticas deixa clara a falta e a necessidade da comunicação elementar humana”. Para ele, ao contrário do que se esperava, a crescente eletrificação das comunicações não ampliou

o espaço nem o tempo das relações de proximidade. As relações sociais mais próximas, entre familiares e amigos, têm perdido espaço para a diversão eletrônica, mediada por aparelhos de comunicação, criadores de distância, gerando desequilíbrios e carências, que podem ser exemplificadas nas modernas formas de violência urbana, devido à falta de vínculos.

Devido aos crescentes avanços tecnológicos dos meios de comunicação, evidencia-se um fenômeno de descontextualização espaço x tempo da sociedade com o seu entorno. Romano (1998, p. 17) aponta que o tempo e o espaço não são apenas coordenados pela percepção, mas também determinam os processos sociais da comunicação. O autor defende a importância de se averiguar como os meios de comunicação influenciam na constituição do tempo e do espaço e qual o papel desempenhado pelas novas tecnologias da informação e da comunicação.

É no entorno comunicacional que ocorre a troca do presente individual pelo presente coletivo: vivências e produção de sentidos que possibilitam a compreensão do passado, da história e também estimula a sensibilidade.

A importância da proximidade evidencia a necessidade da comunicação elementar humana, aqui estudada como comunicação primária (Pross, 1972). A comunicação terciária, aqui exemplificada como as das redes telemáticas, por vezes, amplia a visibilidade e extensão da comunicação, embora não seja suficientemente capaz de ampliar e fortalecer as relações sociais mais próximas. A crítica feita às mídias terciárias sobre o enfraquecimento dos laços entre familiares e amigos defende a perda de espaço do convívio, do diálogo, para a diversão eletrônica, mediada por aparelhos, criadores de distância e carências, devido à falta de vínculos, evidencia a necessidade já apontada por Romano (1993) por uma ecologia da comunicação.

Considerada uma das principais formas de comunicação utilizadas para mobilização e engajamento social, as mídias radicais

atuam neste cenário como provocadoras de discussões que, muitas vezes, são ignoradas pela mídia convencional. Seu caráter alternativo e irreverente tem a função de dar cobertura e visibilidade às manifestações realizadas. São radicais porque precisam chamar o máximo de atenção possível com um orçamento normalmente reduzido frente ao poderio da grande mídia de massa tradicional.

● Considerações finais

A comunicação primária, que prima pela proximidade, pelo contato pessoal, essencial para a motivação e encorajamento, está presente nas marchas, caminhadas, encontros e cursos de formação, ocupando os espaços públicos, chamando a atenção da sociedade para as causas defendidas.

A comunicação secundária pode ser vista nas diversas mídias radicais expostas na pesquisa, como cartas, cartazes da operação “lambe-lambe”, instrumentos musicais confeccionados pelas mulheres para a batucada feminista, a “colcha da solidariedade”, também produzida por elas e, depois, exposta em museus e eventos do coletivo, entre outros.

A comunicação terciária, por meio das redes, vista como essencial para maior alcance e continuidade na comunicação com os militantes e simpatizantes, é amplamente utilizada, em especial, os novos espaços das chamadas redes sociais. Seu caráter radical contra hegemônico possibilita a veiculação e discussão das mais diversas pautas.

Considera-se que o ciberespaço proporciona facilidades na troca e compartilhamento de dados e na rápida transmissão de informações. No entanto, para engajar e aproximar as pessoas é preciso convívio, afeto e corpo presente, daí a importância da rua e da rede. É também por essa razão que o equilíbrio na escolha das mídias é importante: a comunicação primária não pode ser esquecida.

A rede, por meio de suas ferramentas de relacionamento e constante troca de conteúdo, proporciona visibilidade e interesse pelo

engajamento e participação no movimento. A rua, com todo seu potencial de comunicação primária, tende a fortalecer os vínculos sociais criados. Somente a presença, a proximidade, a troca de experiências, conseguirão engajar os ativistas de fato.

A Marcha Mundial das Mulheres se apropria de diversos meios (primários, secundários e terciários), usando-os como estratégia de visibilidade e buscando, por meio de suas manifestações nas ruas ou em praças públicas, mobilizar a participação de ativistas e simpatizantes.

Organizadas a partir do chamado “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”, a primeira marcha internacional contou com a participação de mais de 5000 grupos de 159 países e territórios. Depois dessa marcha no ano 2000, a MMM realizou outras duas marchas internacionais, em 2005 e 2010. Essas marchas são exemplos claros da apropriação dos diversos meios como estratégia de visibilidade.

A proximidade fundamental para a criação de vínculos, destacada por Pross (1972), ocorre quando esse grupo de mulheres militantes constrói um espaço no qual elas criam e recriam músicas e ritmos militantes, ao som de uma batucada feminista, mostrando a irreverência do movimento, ao mesmo

tempo em que discutem temas globais da sociedade como um instrumento de reconstrução do cotidiano.

Outras ações se fazem presentes como o “lambe-lambe” que consiste em reunir as ativistas para fazerem a colagem dos cartazes de protesto, seja de madrugada, de forma anônima a fim de gerar surpresa no dia seguinte, ou durante o dia, de maneira performática, explorando o contato com as pessoas que estão passando pelas ruas, provocando a aproximação e abordagem direta.

Além dessas estratégias, a Marcha Mundial das Mulheres se manifesta nas redes sociais por meio de lista de emails, blogs, página no Facebook, twitter, canal no youtube, rádio web e #ButecoDasMina.

Dessa forma, a MMM se apropria dos meios de comunicação, sejam eles de caráter primário, secundário ou terciário (de acordo com a teoria da mídia de Harry Pross) em busca de maior visibilidade, mobilização e engajamento para a discussão de suas pautas, construindo experiências no trilha de uma ecologia da comunicação (de acordo com Vicente Romano) e, dessa forma, constituindo uma relação de complementaridade entre as redes e as ruas, presentes na comunicação do coletivo Marcha Mundial das Mulheres.

(artigo recebido set.2015/aprovado abr.2016)

Referências

- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- EISLER, R. **O cálice e a espada: nossa história, nosso futuro**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2007.
- FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. Movimentos feministas. In: HIRATA, H. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- MISKOLCI, R. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, v. 1, n. 29, p. 150-182, 2009.
- MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. **O que é a Marcha Mundial das Mulheres?** Disponível em: <<http://marchamulheres.wordpress.com/mmm>>. Acesso em: 02 fev. 2013.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- PROSS, H. **Medienforschung**. Darmstadt: Carl Habel, 1972.
- ROMANO, V. **Ecología de la comunicación**. Hondarribia: Argitaletxe Hiru, 2004.
- SARTI, C. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 31-48, 2001.
- SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1996.
- TORO, J. B. WERNECK, N. M. D. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.